

DO ESTADO DE EXCEÇÃO PARA O ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO: ANÁLISES SOCIOCULTURAIS DAS CONSTITUIÇÕES DE 1967 E 1988 (APOIO UNIP)

Aluna: Máira Coelho Resende Caselato

Orientador: Prof. Dr. Eduardo lamundo

Curso: Direito

Campus: Paraíso

O presente trabalho encontra-se na temática do Direito Constitucional e na Sociologia do Direito Constitucional, buscando analisar as discussões que utilizam o significado da legitimação e dos valores sociais como conteúdo das normas que formam a Constituição. Tendo por parâmetro que a Constituição Federal é a expressão máxima dos valores sociais que perpassam determinada sociedade, buscamos com este trabalho analisar as constituições brasileiras de 1967 e de 1988, na perspectiva do espectro das garantias individuais e dos direitos suprimidos, além dos direitos posteriormente garantidos em consonância com o contexto de cada período. Após 51 anos do Golpe Militar Brasileiro e em um momento em que é cada vez mais frequente a preocupação com os Direitos Humanos, não só no Brasil como no mundo, acreditamos ser de extrema relevância um trabalho que exponha todas as violações cometidas no período ditatorial brasileiro. Assim, é de fundamental importância demonstrar a essencialidade de uma Constituição que garanta ao indivíduo seus direitos e deveres, mas também que permita maior conhecimento histórico e evite que violações tais como as que aconteceram jamais se repitam. Com o objetivo de analisar comparativamente os fundamentos das normas jurídicas das Constituições de 1967 e 1988, pretendemos estudar o princípio fundamental dos Direitos Humanos nas Constituições citadas, analisar as relações entre os Direitos do cidadão e o conceito de legitimidade das ações do Estado, verificar o contexto histórico que as originou e o impacto político gerado, além de relatar as narrativas dos que tiveram privação da liberdade pelos abusos do Estado, particularmente as

consequências psicológicas que marcaram para sempre a história de vida daqueles que, de alguma maneira, enfrentaram e opuseram-se a um Estado de exceção.